



SESSÃO TEMÁTICA Nº 24 - INOVAÇÕES SOCIAIS E EXPERIMENTAÇÕES DEMOCRÁTICAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Economia solidária em tempos de pandemia: Iniciativas comunitárias e impactos nos empreendimentos econômicos solidários em Araraquara

**Cauana Dias Costa/ Universidade Estadual Paulista
Sérgio Azevedo Fonseca/ Universidade Estadual Paulista**

Resumo:

Este trabalho relata os resultados de uma pesquisa do comportamento dos empreendimentos da economia solidária no município de Araraquara a partir do advento da pandemia do COVID-19. Busca-se identificar, de um lado, os impactos da pandemia na vida dos empreendimentos (criação, mortalidade, fortalecimento, fragilização, etc.) e, de outro, se houve a mobilização de iniciativas comunitárias para o enfrentamento às mazelas da pandemia, notadamente nas frentes de produção de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de alimentos. Para isso, terá como ponto inicial o mapeamento realizado pelo Núcleo de Extensão em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (NEPESC), em parceria com a Prefeitura de Araraquara, que será utilizado como instrumento para a exposição do ecossistema empreendedor solidário local, expondo os diferentes formatos de empreendimentos econômicos solidários e suas principais características relatadas no mapeamento, para que com essas informações seja viabilizada uma comparação dos novos dados coletados, por entrevistas com os mesmos empreendimentos e com a Prefeitura. Como isso, busca-se compreender a economia solidária (ESOL) como agente de desenvolvimento local em meio ao cenário de instabilidade política, social e econômica criado pela pandemia e, ao mesmo tempo, apontar as dificuldades encontradas pelos EES em meio à crise, e analisar se o ambiente tornou propício a união de grupos solidários em prol da prevenção.

Palavras-chave: Empreendimentos econômicos solidários. Iniciativas comunitárias. Solidariedade. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) seguem a ideia de valorização do trabalho, pela adoção dos princípios de solidariedade, democracia e cooperação, com base na produção coletiva e auto gestonária (MORAIS & BORGES, 2010). Ademais, a economia solidária tem importante papel no apoio ao desenvolvimento local (PITACAS, 2019).

No ano de 2020 a solidariedade ressurgiu como uma das principais pautas internacionais, pela necessidade resultante da crise criada pela disseminação do coronavírus (COVID-19) que, como mostram Silva, Santos e Melo (2020), provoca uma profunda crise sanitária.

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (ORGANIZAÇÃO, 2020), para a prevenção da disseminação do vírus e para o enfrentamento à crise sanitária devem ser implantadas medidas de proteção recomendadas pela Organização Mundial de Saúde, com destaque para o distanciamento social, que vem provocando, como consequência adversa adicional, profunda contração das atividades econômicas com graves efeitos sobre o trabalho e a renda.

Com o avanço da doença, a OMS declarou, em 30 de janeiro de 2020, uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, em seguida, caracterizou a disseminação da COVID-19 como uma pandemia (ORGANIZAÇÃO, 2020). Esse ambiente de incertezas contaminou também o cenário econômico, político e social. Disseminaram-se os lockdowns como medidas de isolamento social, de modo a reduzir os casos secundários gerados por um infectado (SCHUCHMANN, 2020).

Essas medidas, de acordo com Schuchmann (2020), marcaram mudanças nos costumes, nas relações sociais e nas relações de trabalho em todo o mundo, e trouxeram novos hábitos e necessidades para a população. O impedimento de movimentação e socialização trouxe instabilidades para a economia e para a sociedade. Muitos obstáculos se formaram, principalmente pela fragilidade dos segmentos socialmente mais vulneráveis da população que, segundo Brandão (2020), se avolumaram no Brasil a partir de 2015, com o aumento do desemprego e o crescimento do trabalho informal.

Em virtude do panorama de insegurança e medo provocado pela COVID-19, começam a emergir iniciativas e ações de fortalecimento comunitário em prol da redução do contágio do novo vírus. O fortalecimento comunitário, por sua vez, pode ser visto como antídoto às mazelas sociais pois, como lembram Singer, Silva e Schiochet (2014):

à medida que o desenvolvimento solidário avança, é menos difícil que as comunidades que por acaso ficaram para trás recuperem o atraso, pois o desenvolvimento local é contagioso, cada comunidade que se desenvolve

oferece um mercado crescente às demais em um mesmo território (SINGER, SILVA e SCHIOCHET, 2014, p. 3)

Além disso, mudanças também passaram a ocorrer nos EES que, para sobreviverem, precisaram se atualizar, criando novas formas de se conectar com seus “mercados” e continuar as suas vendas, como forma de manter a renda dos empreendimentos. As atualizações ocorrem, segundo Aveni (2020), por meio de novos instrumentos, como tecnologias para vendas online, medidas de higiene, novos estilos de produtos, além de mudanças no atendimento, com serviços de entrega e a manutenção do distanciamento social.

Trata-se de momento histórico em que as iniciativas comunitárias e os EES ganham outra escala e importância na sociedade, pelo trauma coletivo que, segundo Colosso (2020), a doença tem gerado. O autor também afirma que mesmo num cenário com riscos de fechamento institucional, práticas cooperativas do poder popular ganham outra escala e espaços na vida urbana, podendo se tornar polos de construção de outro futuro.

Além de relevância no meio social, o papel da economia solidária em meio à crise econômica e da pandemia vai muito além do que gerar renda por meio dos EES, como lembra Borges (2020), ao afirmar que:

a economia solidária, em tempos de crise (pandêmica, econômica, afetiva e etc.), é uma ferramenta que vem para auxiliar a diminuição dos impactos negativos da crise, trazendo à tona as habilidades das pessoas, sejam elas jovens ou de mais idade, não apenas para criar uma renda ou trazer renda extra. É uma resposta que pode ser feita dentro de casa (home office), com os vizinhos, à distância, on-line e das mais diversas maneiras, basta usar a criatividade dos novos empreendedores. Criatividade essa que, nos momentos atuais, será impar para basilar a sociedade em se reerguer economicamente (BORGES, 2020, v. 1; n. 2).

Esse é o contexto no qual se situa o conteúdo deste artigo, que visa expor, ainda que em caráter provisório, respostas do ecossistema da economia solidária no município de Araraquara ao advento da pandemia da COVID-19, investigando se os empreendimentos incorporaram transformações por um processo de adaptabilidade e inovação (NASSIF, CORRÊA e ROSSETTO, 2020), de modo a assegurar a geração de trabalho e renda. Tomar-se-á, como ponto de partida, o Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Araraquara realizado pelo Núcleo de Extensão em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (NEPESC) da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – campus de Araraquara, e a Coordenadoria de Trabalho, Economia Criativa e Solidária, vinculada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Araraquara/SP.

A elaboração do texto pautou-se na busca pela resposta à seguinte questão de pesquisa:

quais as principais transformações ocorridas no ecossistema da economia solidária em Araraquara e quais as principais respostas dadas pelos EES diante da pandemia da COVID-19? Em diálogo com esse problema de pesquisa, o objetivo principal do trabalho pode ser expresso como o de identificar os impactos e efeitos da pandemia no ambiente da economia solidária de Araraquara, com destaque para seus aspectos institucionais, econômicos, produtivos e sociais.

Dos resultados esperados, podem ser destacados: a expectativa de identificar empreendimentos da economia solidária que se mantém ativos no pós pandemia da COVID-19, em Araraquara; apurar as eventuais transformações ocorridas nos empreendimentos desde o início da pandemia; apurar as eventuais criações e as eventuais mortalidades de empreendimentos em decorrência da pandemia; identificar problemas e dificuldades enfrentados pelos empreendimentos que se mantém ativos; mapear setores de atividades nos quais os empreendimentos atuam; identificar os novos produtos que estão sendo comercializados pelos EES, com destaque para aqueles diretamente relacionados ao enfrentamento aos efeitos da COVID-19; identificar tipos de apoios que os empreendimentos vêm recebendo durante a crise; descrever as consequências do coronavírus na vida das pessoas e de seus empreendimentos; mapear suas inovações e políticas de enfrentamento a esse período de instabilidades.

O tema é oportuno momento de crescimento da taxa do desemprego e de instabilidades políticas, sociais e econômicas. De acordo com o estudo realizado pela Rede de Políticas Públicas & Sociedade (2020), 81% da força de trabalho (75,5 milhões de pessoas) experimenta algum tipo de vulnerabilidade em virtude dos efeitos da pandemia. A economia solidária torna-se, então, oportunidade de solução para esses milhares de brasileiros que estão sem fonte de renda.

O texto se divide em quatro seções, além desta introdutória. A que segue explora a fragilidade do mundo do trabalho diante da COVID-19 e reflete o papel da ESOL no enfrentamento das desigualdades sociais inserida na lógica do capital. A terceira, se debruça sobre o ecossistema empreendedor solidário no município de Araraquara. A penúltima se trata dos procedimentos metodológicos utilizados juntamente com o relato dos resultados. Ao final, as conclusões.

TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: SUAS FRAGILIDADES FRENTE À CRISE E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A DESIGUALDADE SOCIAL

A fragilidade do trabalho diante da Covid-19

O modo de produção capitalista tem sua lógica orientada para a acumulação ampliada do capital, por meio da produção e circulação de mercadorias, legando a um plano secundário direitos e anseios sociais. Para o da acumulação ampliada do capital Silva (1986) mostra que perpetra-se a divisão social do trabalho. Essa é uma das condições que, historicamente, é responsável pela

criação das crescentes desigualdades sociais, criando o que muitos autores chamam de “apartheid social” (MUNIZ, 2018; COELHO, 2013; RAMALHO, 2012).

Esse modelo de desigualdade não só exclui e marginaliza pessoas que não se encaixam no mercado de trabalho, mas também faz com que essas procurem alternativas inconstantes para trabalhar e ter renda. A precarização do trabalho no Brasil ocorre, segundo Alves (2009), pela síndrome da insegurança de classe, que envolve a insegurança de empregos, de representações e contratações, principalmente no contexto de reformas neoliberais, promovidas pelo governo brasileiro a partir dos anos 90.

Em 2017, pela Lei n. 13.467, foi colocada em prática uma “reforma” trabalhista. De acordo com Passos & Lupatini (2020), a reforma buscava realizar a “flexibilização das relações entre empregado e empregador (modernização!), a redução da taxa de desemprego (decorrentes de ganhos de produtividade e expansão da economia) e o combate ao “emprego informal” (permitido pela redução dos “custos do trabalho”). Segundo os mesmos autores, a reforma se transformou em uma contrarreforma, na qual os direitos dos trabalhadores passaram por retrocessos dos ganhos obtidos através das lutas sociais.

Nesse contexto, a crise no primeiro semestre de 2020 chega para destruir ainda mais as frágeis relações da sociedade com o trabalho, com provoca uma crescente vulnerabilidade em diversos segmentos de trabalho. Para mensurar seus níveis, uma pesquisa realizada pela Rede de Políticas Públicas & Sociedade (2020) aponta os grupos em situações mais críticas diante da disseminação da COVID-19.

As conclusões desse estudo mostram que 81% da força de trabalho (75,5 milhões de pessoas) experimentou algum tipo de vulnerabilidade em virtude dos efeitos da pandemia da COVID-19, sendo que os empregos menos estáveis são: “conta- própria, empregados domésticos, empregados sem carteira, empregados com carteira em pequenas empresas e pequenos empregadores.” Em relação aos setores mais frequentes em cada grupo de vulnerabilidade, os dados da pesquisa podem ser visualizados na figura 1.

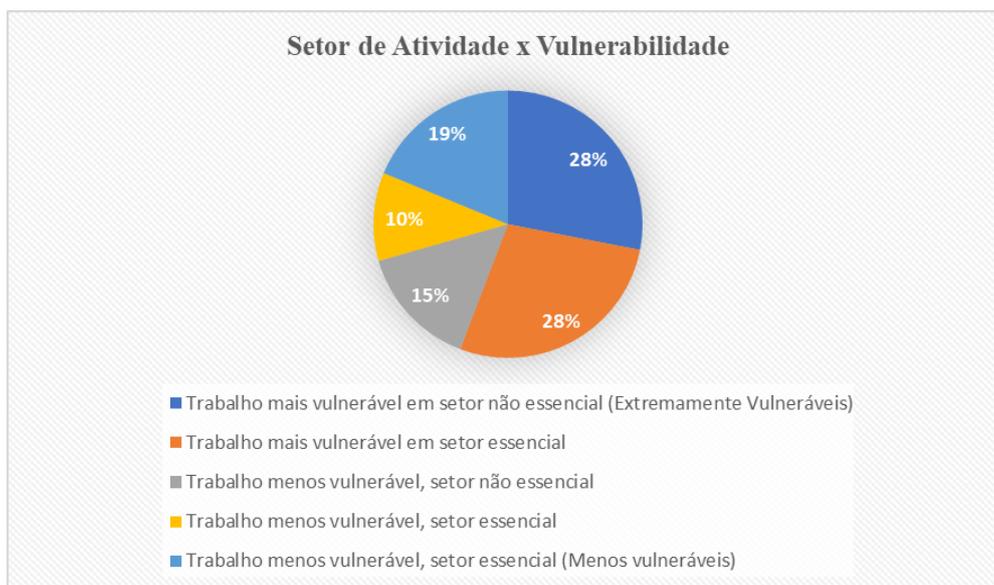


Figura 1: Setor de atividade x vulnerabilidade.

Fonte: Rede de Políticas Públicas & Sociedade (2020).

É perceptível que a pandemia trouxe vulnerabilidade para pelo menos 56% das categorias de trabalho, as mais críticas em setores não essenciais. Essas atividades são, segundo a mesma pesquisa: em primeiro lugar as empregadas domésticas, que compõem mais de seis milhões de trabalhadoras; em segundo lugar seguem os serviços de beleza e estética; o terceiro lugar é ocupado pelo comércio de vestuário, sapatos e viagens. Do outro lado da moeda temos as atividades menos vulneráveis, compostas pela Administração Pública, as atividades de atendimento hospitalar e os supermercados e hipermercados.

De acordo com o IBGE (2020), o primeiro trimestre de 2020 alcançou uma taxa de desemprego de 12,6%, diante do último trimestre de 2019, em que a taxa foi de 11%. Para o ano como um todo, o Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV, 2020) previa que a taxa média de desemprego alcançasse a cifra de 17,8%.

A maior parte da população em alta vulnerabilidade é composta por pessoas negras, sendo as mulheres as que se encontram em grau ainda maior de fragilidade. Ainda assim, a crise trouxe consigo a instabilidade para novos grupos que antes não apareciam nesse cenário, se encontrando hoje em vulnerabilidade média, como mulheres e homens brancos, principalmente mulheres que estão empregadas em serviços não essenciais (REDE, 2020).

A economia solidária como estratégia de enfrentamento às desigualdades sociais no Brasil

No contexto histórico vindo desde os anos 90, de precarização do trabalho no Brasil, muitas alternativas de geração de trabalho e renda foram desenvolvidas. De acordo com Sanches (2019), a Economia Social e Solidária surge como uma alternativa para debelar os efeitos

negativos da economia capitalista (como o desemprego; a desigualdade social etc.), por meio de atividades de cooperação que promovem a inserção desses trabalhadores no mundo do trabalho.

Essa nova forma de gerar trabalho cria a oportunidade para o surgimento de novas relações, pautadas nos princípios de solidariedade e cooperação. As relações empregado e empregador deixam de existir, dando espaço a novos arranjos horizontais, de forma que a figura do patrão se transforma em um processo de aprendizado conjunto e execução, no qual os trabalhadores exercem a produção e também a gestão.

Para além da geração de renda e resposta à vulnerabilidade do trabalho na lógica do capital, a economia solidária age como potencializadora da educação na vida dos trabalhadores. De acordo com Pastana (2011), a ESOL tem como fundamento pedagógico as ideias de Paulo Freire, de fomentar as potencialidades humanas nos âmbitos sociais, da ética, da política, da técnica e da produção. Além disso, a autora afirma que não há economia solidária sem a educação voltada para a formação e o desenvolvimento dos empreendimentos sociais solidários, especializando os trabalhadores e seus associados.

Ademais, Boff (2016) cita que a ESOL é um modelo que melhor realiza o conceito de sustentabilidade em direta oposição ao sistema vigente. Desse modo, movida pelos ideais éticos de preservação da vida, cria condições para o bem-viver de todos. Vista como a semente do futuro pelo autor, a economia solidária é, para ele, a capacidade de uma saída salvadora para a humanidade e, para além de enfrentar as desigualdades, ela promove uma nova visão de mundo, realizando a sustentabilidade, fugindo do ideal atual que está acabando com os recursos naturais da Gaia (Planeta Terra).

Já para Eid et al. (2001), a Economia Solidária pode ser uma alternativa possível ao processo de exclusão social, econômico, político e educacional, inclusive no combate à precarização das relações de trabalho, das condições de trabalho e de vida. As potencialidades da ESOL são variadas, partindo da educação e especialização dos participantes, da emancipação da comunidade, da autonomia, da reinserção dos grupos antes marginalizados, da democratização dos diferentes espaços dos empreendimentos, da geração de renda e do desenvolvimento comunitário. Desse modo, pode-se dizer que a economia solidária resulta que essas pessoas voltem a exercer a sua cidadania (BORBA, et al., 2010).

Apesar de tantos pontos positivos, é necessário citar as dificuldades encontradas nos empreendimentos. Como citado por Benini & Neto (2007) “Dentro dessa realidade, para garantir seu espaço no mercado, aqueles empreendimentos vêm reproduzindo muitos dos valores dominantes para sobreviver: competição, hierarquia, precarização, marketing, jornadas de trabalho elevadas.”

Mesmo diante desse quadro desfavorável é necessário considerar que os grupos têm em vista a autogestão e tentam democratizar seu trabalho. A discussão é que algumas vezes esses princípios se rendem à necessidade do sustento do empreendimento impostos por essa lógica, e assim nascem diferentes atividades a serem supridas, mas nunca perdem sua essência. Isso ocorre principalmente quando não há o fortalecimento do local e do ecossistema empreendedor solidário.

Com empreendimentos emancipados e com o ecossistema empreendedor solidário, é perceptível a geração de renda e a emancipação pela economia solidária, principalmente nas classes sociais mais afetadas pela crise instalada pela COVID-19. Exemplos de iniciativas comunitárias que fortalecem o ecossistema empreendedor solidário e dão resposta ao desemprego, são citadas por Singer & Souza (2000), indo desde cooperativas industriais, empreendimentos auto gestionários, sindicatos que fomentam o cooperativismo, instituições solidárias de crédito e incubadoras.

Já Pinheiro (2000), aponta que as iniciativas de natureza produtiva, associativa e solidária ganham visibilidade no Brasil a partir da década de 90, na qual ocorreu o ponto de partida para reformas neoliberais e de precarização do trabalho. Agindo como resistência e contramovimento de superação da racionalidade do capital, a economia solidária mostra-se como resposta e como uma reconfiguração econômica co-produtiva. Como cita a autora, a consciência é um processo lento e longo, mas deve se nutrir para construir uma nova organização societária. Esse é o papel da economia solidária frente ao desemprego e às precarizações sociais e econômicas do capital.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

A economia solidária em Araraquara ganha maior visibilidade a partir do ano de 2004 (FONSECA et al., 2014), em consonância com o crescimento do movimento nacional da ESOL a partir dos anos 2000. Trata-se de movimento que, segundo Gushiken (2015), passa a adquirir grande expansão no Brasil com a criação de cooperativas que seguem os princípios solidários, chegando ao número de 10 milhões de cooperados e aproximadamente de 7.026 cooperativas, em todo o país. Em 2005 a Prefeitura Municipal estabeleceu parceria com a Faculdade de Ciências e Letras – FCLAr, da UNESP, criando, de um lado, o Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania – NEESC, vinculado à FCLAr, e, de outro, a Coordenadoria Municipal da Economia Solidária, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Nesse momento se dá início a assistência a sete grupos solidários: a Cooperativa Acácia de coleta seletiva, a Coostuara, grupo de costura, a Padaria Comunitária do Assentamento Monte Alegre VI, a Cozinha Comunitária do Monte Alegre III, a Lanchonete Solidária, a Associação de Artesanato Mãos Que Criam e um grupo de jovens que produzem estamparias.

Além disso, no ambiente acadêmico, em meados de 2008, com apoio do Programa

Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC, foi criada a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Unesp de Araraquara – Inconesp. A esse respeito, Grigoletto e Fonseca (2012) relatam:

Foram atribuídas bolsas a estudantes do NEESC/INCONESP e adquiridos equipamentos para distribuição a cinco grupos da economia solidária, atuantes nos municípios de Araraquara e Santa Gertrudes: à Padaria do Assentamento Monte Alegre IV; à Cozinha Comunitária do Assentamento Monte Alegre III; à Estamparia da Juventude; à Coostuara; à Cozinha Temperoloco, do CAPS de Santa Gertrudes. Dois objetivos foram perseguidos pela equipe do NEESC/INCONESP naquela etapa das suas atividades: equipar os grupos com uma infraestrutura mínima, de forma a capacitá-los para o início (no caso da Cozinha Temperoloco), ou a expansão das suas respectivas atividades – nos casos dos demais grupos; criar as condições para uma aproximação e uma maior integração entre a equipe e os integrantes dos grupos. (GRIGOLETTO e FONSECA, 2012)

Entre os anos 2018 e 2019, foi realizado um mapeamento pela Inconesp e Nepesc (sucessor do Neesc), por visitas aos empreendimentos pelos alunos do grupo e por contatos e entrevistas individuais (SANCHES, 2019). Foram mapeados três coletivos: Coletivo Colmeia Cultural de Araraquara, Coletivo de Alimentação Mulheres Negras e Coletivo Rolê Feira, além dos seguintes empreendimentos:

- Associação das Mulheres do Assentamento Monte Alegre VI (AMA) – também conhecida como Padoka;
- Associação de Mulheres Camponesas em Ação (AMCA);
- Associação dos Trabalhadores do Comércio Alternativo de Araraquara (ATCAAR);
- Associação de Artesãos Mãos Que Criam;
- Associação Macaxeira (farinheira);
- Cooperativa Acácia de Catadores de Materiais Recicláveis de Araraquara;
- Cooperativa Agropecuária Mista do Assentamento Bela Vista do Chibarro (Coobela);
- Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Motuca e Região (Coopam);
- Cooperativa de Trabalho dos Trabalhadores Autônomos de Araraquara e Região (Coopersol);
- Grupo de Artesanato do Bela Vista;

- Grupo de Palha Bela Vista;
 - Horta Comunitária Zona Norte;
 - Luz do Valle;
 - Mulheres Unidas do Parque São Paulo (MUPSP) – Sabão Higobom.
- (Sanches e Morais, 2020)

No ano de 2019 foi realizada, pelo Nepesc em parceria com a Coordenadoria da Economia Solidária da Prefeitura, uma atualização do mapeamento, sendo constatada a existência de 21 EES, dos quais 18 pessoalmente contatados e visitados pela equipe em campo. Na ocasião, foi utilizado, para a coleta de dados junto aos empreendimentos, um roteiro de diagnóstico previamente elaborado pelo grupo.

Em 2020, nova atualização apontou a existência de oito grupos a mais em relação aos de 2019, sendo que o Artesanato do Bela Vista, o Palha Bela Vista e o Mulheres Unidas do Parque São Paulo foram extintos. Sobre os coletivos, o Colmeia Cultural de Araraquara e o Alimentação Mulheres Negras também foram extintos, restando apenas o Coletivo Rolê Feira.

Dentre esses grupos listados no mapeamento de 2020 há diferentes formas de organização, tais como: associações, cooperativas e grupos, constantes da figura 2:

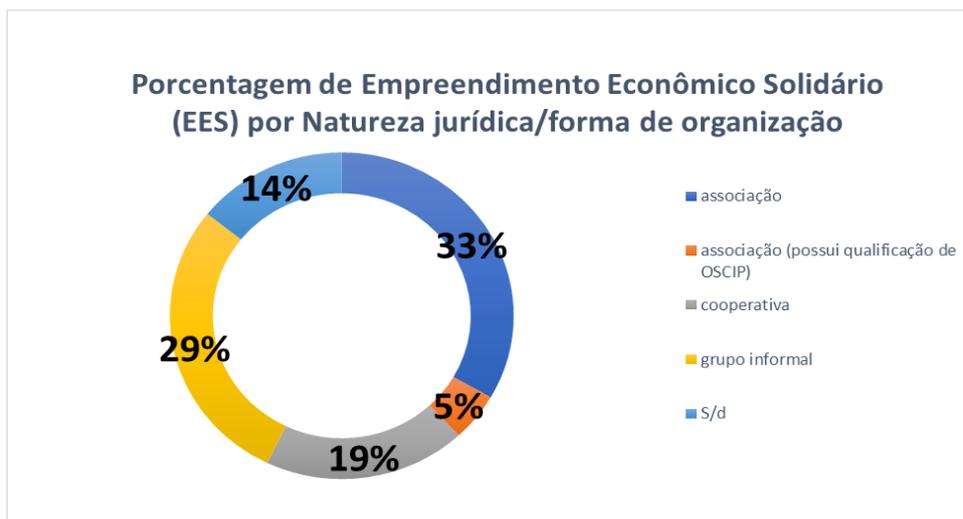


Figura 2: Porcentagem de Empreendimento Econômico Solidário (EES) por natureza jurídica/forma de organização

Fonte: Elaboração própria, com base no mapeamento do NEPEPCP

Como se observa, a maior parte dos empreendimentos mapeados são associações, seguidas de grupos informais, por último, cooperativas. Isso se dá possivelmente devido às imposições da legislação brasileira (Lei 5.764, de 16/12/1971), que estipulava que as cooperativas devem ter pelo menos 20 cooperados. A partir da Lei nº 12.690/2012 o número de cooperados passa para sete, possibilitando a grupos menores também se formalizarem como cooperativas

(PEREIRA E SILVA, p. 67, 2012).

A sustentabilidade econômica e financeira desses empreendimentos constitui-se em uma de suas mais críticas fragilidades, sobretudo diante do fato de se reconhecerem como “empreendimentos econômicos”. Essa constatação pode ser ilustrada pelos dados estampados na figura 3.

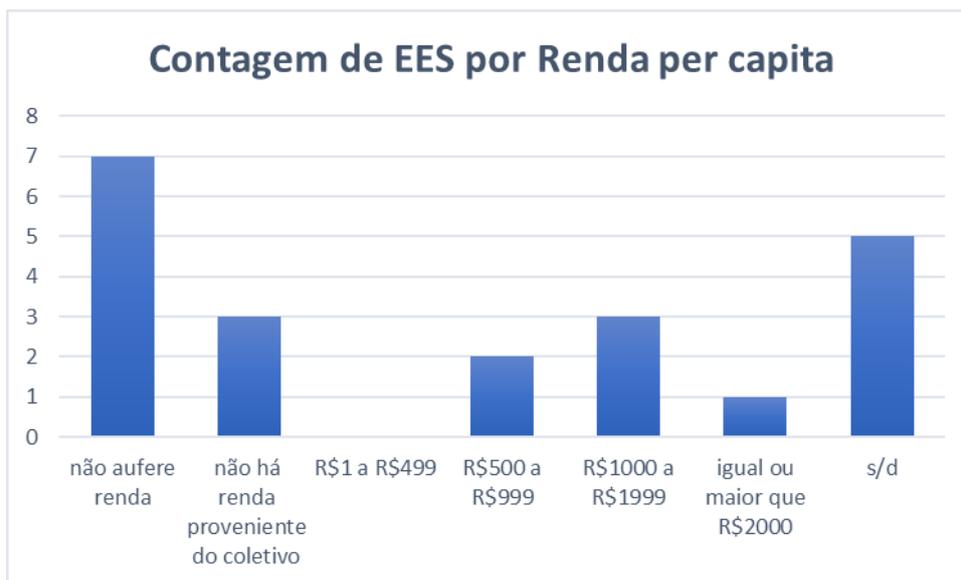


Figura 3: Contagem de EES por renda per capita

Fonte: Elaboração própria, com base no mapeamento do NEPEsc

A maior parte dos empreendimentos mapeados não gerava, até antes do início da pandemia, renda suficiente para sua manutenção, e de seus integrantes: a minoria (6 entre 21) ainda conseguia gerar valores per capita entre R\$ 500,00 a R\$ 2.000,00; os demais que informaram, um número de 7 EES, não gerava qualquer renda. Cinco deles informaram não ter registros, o que possivelmente revela problemas de gestão, os três restantes não auferem renda proveniente do coletivo, porém um deles informou que o coletivo auferiam de 1000 a 2000 reais antes da pandemia.

Embora essa fragilidade econômica e financeira seja fator preocupante quando refletimos sobre a ESOL, o mapeamento elaborado pelo Nepesc apontou a existência de cerca de 486 trabalhadores e trabalhadoras atuantes nos empreendimentos, o que pode sugerir que as motivações possam ser não apenas a renda, mas também a cultura, a utilidade, os saberes e o bem estar social implícito nesses grupos.

Outra dimensão relevante para caracterizar os empreendimentos mapeados é relativa ao gênero. O mapeamento apontou que a maior parte dos empreendimentos é composta por

mulheres, como ilustram os dados da figura 4.



Figura 4: Composição dos empreendimentos, por gênero. Fonte: Elaboração própria, com base no mapeamento do NEPESC

Além disso, a maior parte desses empreendimentos se localizam em áreas rurais, sobretudo nos assentamentos da reforma agrária Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, conforme ilustrado na figura 5.

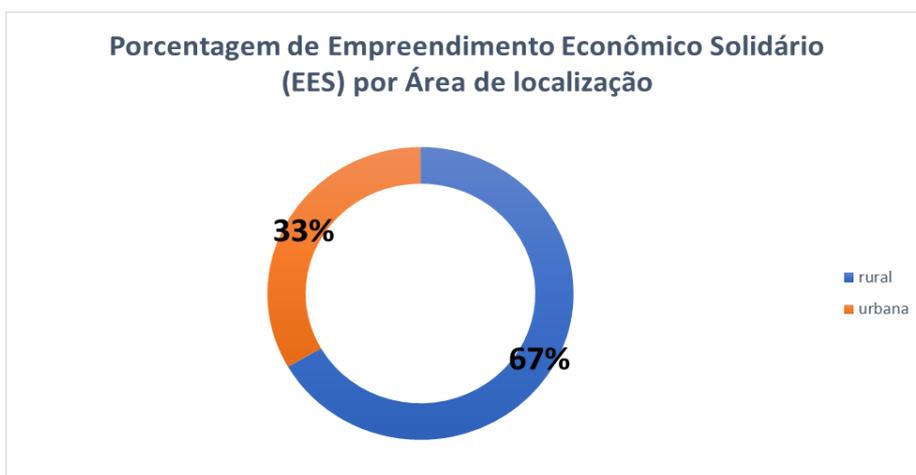


Figura 5: Porcentagem de EES por área de localização

Fonte: Elaboração própria, com base no mapeamento do NEPESC

Na zona urbana, os bairros em que se localizam os grupos são: Valle Verde, Centro e Jardim Altos de Pinheiros III. As atividades realizadas abrangem o ramo de artesanatos até gestão de resíduos urbanos, como ilustrado na figura 6.

Segundo Gushiken (2015), a economia solidária perpassa pelas esferas política, social, econômica, cultural, financeira e de créditos para sua sobrevivência, relacionando à ESOL questões pragmáticas, ideológicas e políticas. O mesmo autor sugere ainda que, no que concerne à maior parte dos EES da zona rural, sua origem pode estar relacionada à gentrificação urbana, que acaba afastando das áreas urbanas a população de baixa renda, o que faz com que esses procurem outros recursos para sobrevivência e vida, em meios rurais como os assentamentos. Como exemplo desse movimento, situa-se o caso do Assentamento Bela Vista do Chibarro, principal núcleo rural da economia solidária local, nascido, como Cassin e Vale (2011) citam, da luta dos trabalhadores Sem Terra pela reforma agrária, em meados da década de 1980, abrangendo contemporaneamente 8 grupos, a maior concentração territorial do município, com setores de atividade relacionados na figura 6.

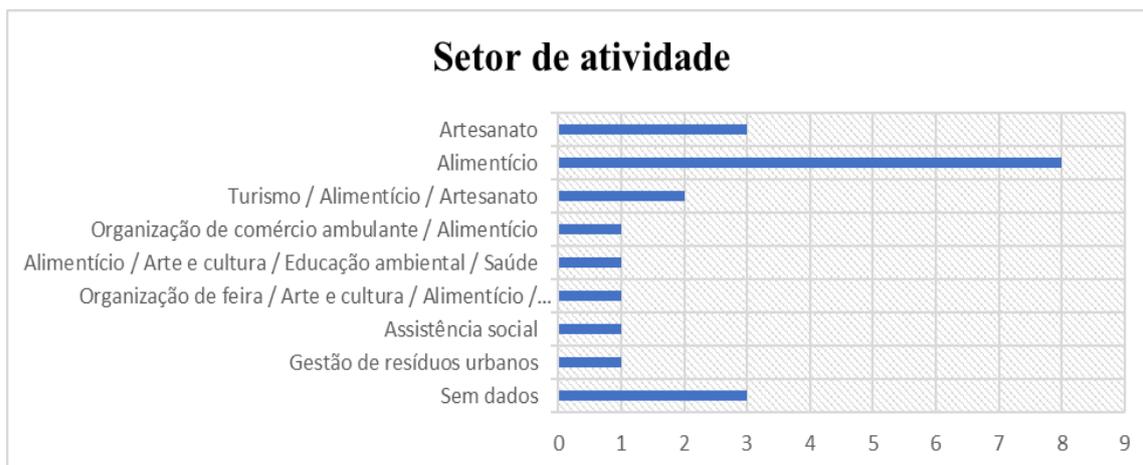


Figura 6: Setor de Atividade

Fonte: Elaboração própria com base no mapeamento do NEPESC

As atividades ali realizadas abrangem o ramo alimentício, seguido de artesanato, turismo, comércio ambulante para a área alimentícia, arte e cultura, educação ambiental e organização de feiras.

Adversidades enfrentadas pelos empreendimentos anteriormente à pandemia

Quanto às dificuldades reveladas pelos empreendimentos, com base nas entrevistas

realizadas, as percepções das pessoas apontaram uma grande diversidade, sistematizada e sintetizada na seguinte ordem decrescente de importância:

- Geração de trabalho e renda;
- Maior sensibilização dos cooperados e associados e da comunidade da importância e do significado dos EES, em termos: ambiental, participação político – comunitária, papel dos jovens e maior articulação entre os EES;
- Comercialização;
- Acesso aos recursos financeiros;
- Formalização;
- Melhorar a infraestrutura: obtenção de equipamentos, caminhão, veículo, condições de transporte; sede, pavilhão, condições de armazenamento, etc;
- Capacitação técnico – profissional: produção; logística; financeira; administrativa; produção de orgânicos;
- Apoio da Prefeitura;
- Melhorar e aumentar as parcerias de apoio: eventos, comercialização, etc;
- Regularização de terras – propriedade;
- Outras demandas: criar novos produtos; marca; certificação; uso de materiais recicláveis (NEPESC, 2019).

A geração de trabalho e renda despontou como a maior dificuldade dos empreendimentos. Isso pode resultar da falta de acesso à qualificação dos trabalhadores para planejamento e gestão financeira, sobretudo em virtude da ausência da qualificação em gestão pelas pessoas integrantes dos empreendimentos. Como cita Sanches (2019), o caráter social dos EES também é marcado por fragilidades em seu funcionamento, como a falta de especialização de grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras que os integram.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este texto resulta de uma pesquisa qualitativa aplicada que, segundo Gerhardt & Silveira (2009), busca aprofundar a compreensão de fenômenos sociais contemporâneos. Trata-se, ademais, de pesquisa delineada como estudo de casos múltiplos, representados pelos

empreendimentos da economia solidária do ecossistema empreendedor de Araraquara. Como pesquisa exploratória, busca familiarizar a pesquisadora com o objeto da pesquisa, sem possibilitar a extrapolação dos resultados (apud GIL, 2007).

A coleta de dados foi feita por meio da triangulação metodológica, abrangendo a observação participante (fruto da atuação da pesquisadora como integrante do NEPESC), a pesquisa documental (documentos digitais e analógicos) e a aplicação de entrevistas (com representantes dos empreendimentos de Araraquara) com base em roteiros semiestruturados de coleta de dados.

A base inicial de dados utilizada foi o Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Araraquara, realizado pelo NEPESC, conjuntamente com a Coordenadoria de Trabalho, Economia Criativa e Solidária. O mapeamento foi feito em um momento anterior à disseminação da COVID-19, contendo as principais informações e características dos EES do município, como nome, faixa etária, segmento, principais atividades desenvolvidas, mercado, principais dificuldades, renda per capita, entre outros.

As entrevistas foram realizadas com base em questionário semiestruturado, buscando comparações das situações dos grupos no espaço tempo frente aos eventos ocorridos. O instrumento utilizado, segundo Ribeiro (2008), o questionário, permite o anonimato, uniformidade nas questões e gera maior compreensão e facilidade a quem o responde. Frente à impossibilidade de intervenções presenciais devido às medidas de isolamento social, a pesquisa de campo ocorreu de forma online, por mídias sociais, e-mail ou telefone.

Os dados foram registrados no Google Forms e arquivados na nuvem do Google Drive. Como apontado por Mota (2019), são características do Google Forms a possibilidade de acesso em qualquer horário e local e agilidade na coleta de dados e análise dos resultados.

O formulário eletrônico foi dividido em duas partes: a primeira com base no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; a segunda consiste no próprio questionário, que empregou perguntas abertas e fechadas, com foco em quatro variáveis, uma a renda durante a pandemia, outra dificuldades/ problemáticas advindas no período de pandemia, a seguinte, diagnóstico de novos membros, a última focada em entender se a crise proporcionou oportunidades a esses EES.

Para cada uma das perguntas fechadas, a base utilizada foi o resultado do próprio mapeamento, em que as opções para respostas foram as mesmas já diagnosticadas pelo grupo como a delimitação da renda, as dificuldades enfrentadas e se houve novos membros nos grupos, sendo que as últimas duas também possuíam a opção de adicionar outras respostas complementares. Segundo Marconi e Lakatos (2003) essa técnica se caracteriza como escolha múltipla em conjunto com resposta aberta e é facilmente tabelável, proporcionando uma

exploração maior do tema, além disso possibilitando mais informações sobre o assunto, sem prejudicar a tabulação dos dados. Já as informações sobre renda são caracterizadas pelos autores como perguntas de fato, “[...] questões concretas, tangíveis e fáceis de precisar.” (p.208, 2003).

Além delas foi também utilizada uma questão aberta que é chamada livre ou não limitada. Esses tipos de perguntas são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões, nesse caso o objetivo foi analisar se os grupos tiveram oportunidades decorrentes da pandemia da Covid-19 (MARCONI & LAKATOS, 2003).

Os participantes integram os mesmos grupos diagnosticados pelo NEPESC em Araraquara. Devido às medidas de distanciamento social foi impossibilitada a aproximação presencial e dificultada a aplicação dos questionários. Como a maior parte dos empreendimentos tem dificuldades de acesso à internet, foi necessária a adequação da estratégia de aproximação.

Mesmo com as tentativas de realizar o preenchimento do questionário com os 21 empreendimentos, apenas 10 se dispuseram a respondê-lo, tornando necessário adequar a pesquisa para focar nesses disponíveis: Mãos que criam; Turismo Rural do Monte Alegre - Circuito dos Sabores; Horta Comunitária da Zona Norte; Associação das Mulheres do Assentamento Monte Alegre VI (AMA) – Padoka; Quilombo Rosa; Associação Macaxeira, Cooperativa de Trabalho Acácia de Catadores, Coleta, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de Araraquara; Luz do Valle; Turismo Rural – Café com Coronel. Na análise, buscou-se assegurar o anonimato de cada grupo.

Dos outros 11 empreendimentos, três foram contatados, porém não enviaram resposta. Com os oito restantes não foi possível entrar em contato devido à falta de contato telefônico ou falta de respostas por mídias sociais, ligações ou e-mail.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Anteriormente à apresentação dos resultados e discussões é necessário tecer ressalvas sobre o processo de coleta de dados. Foram analisados 10 empreendimentos, numerados de 1 a 10, atribuindo nomes fictícios a cada um deles. Alguns dados podem ter margem de erro, sobretudo em virtude de possíveis dificuldades dos e das representantes dos empreendimentos na interpretação das questões formuladas.

Desses empreendimentos, o de número 9 justificou a ausência de dados por irregularidades, dificultando, desse modo, sua análise comparativa com os demais.

Criação, mortalidade, fortalecimento e fragilização dos EES

Os resultados ora apresentados resultam da aplicação do questionário, de dados e

informações coletados por observação direta do grupo NEPESC e de notícias publicadas em jornais da cidade que relatam experiências dos empreendimentos durante a pandemia. Foram utilizados, como indicadores analíticos: a criação de empreendimentos, postos de trabalho e renda gerados e oportunidades e dificuldades enfrentadas.

Molina et. al (2020) citam, em seu estudo, a precarização do trabalho que a crise gerou. Uma das respostas a essa precarização se dá pela organização dos próprios trabalhadores, que buscam se defender por união solidária, em busca do encontro de meios de sobrevivência no mundo do trabalho.

Isso é o que ocorre em Araraquara, onde, de acordo com Araújo (2020), a partir do projeto “Cooperativismo como porta para o futuro”, pela Incubadora Pública de Economia Solidária e pelo apoio da Coordenadoria Executiva de Trabalho e de Economia Criativa e Solidária (Cetecs), foram criadas novas quatro cooperativas que se propõem a beneficiar diretamente cerca de 70 trabalhadores, com perspectiva de ampliação. Como citado por Silva e Paiva (2020):

Foram formalizadas quatro novas cooperativas com apoio da Cetecs no primeiro semestre de 2020: Cooperativa de Trabalho em Serviços Gerais – Vitória Multiserviços; Cooperativa de Trabalho e Serviços de Alimentação Pannelas Unidas; Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Civil de Araraquara – Coopermorada; e Cooperativa Social de Trabalho em Recuperação de Materiais dos Egressos Prisionais de Araraquara Sol Nascente (SILVA E PAIVA, 2020, p. 49).

Estão sendo fortalecidos empreendimentos solidários no Município com respaldo do Orçamento Participativo. Um dos empreendimentos tem prevista a construção de uma “(...) área de lazer e espaço voltado a cursos para geração de trabalho e renda para as mulheres da região norte de Araraquara, dentro das áreas de cooperativismo e economia criativa e solidária.” (ARAÚJO, 2020).

O projeto está sendo um caminho para abrir portas a outros empreendimentos para a reinserção de trabalhadores e trabalhadoras que estão sofrendo um processo de marginalização no mercado de trabalho. Um exemplo é a nova cooperativa que acolhe e reinsere egressos do sistema prisional.

Evidencia-se daí a importância da ESOL como estratégia para resposta ao desemprego, organizando os trabalhadores e trabalhadoras para que possam, de forma comunitária e com princípios de solidariedade, autogestão e cooperação, suprir suas necessidades e debelar os efeitos da crise advinda pela COVID-19.

Outro ponto detectado revelou que três dos nove grupos obtiveram novos membros durante esse período (fig. 7): ao todo foram relatados 30 novos cooperados/ associados, dois no

primeiro empreendimento, seis no segundo e 22 no último. Além disso, por conversas informais, um quarto empreendimento revelou que seis trabalhadores estavam em processo de associação.

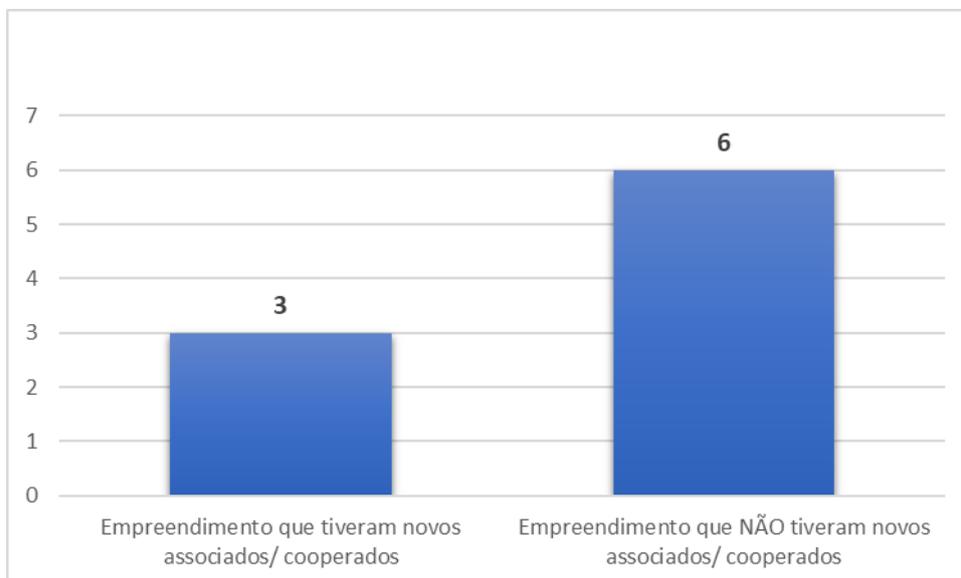


Figura 7: Novos associados / cooperados

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a renda durante a pandemia, é relatado por Almeida & Silva (2021) que no Brasil a situação trazida pelo vírus foi e está sendo fator de agravamento socioeconômico. A ESOL em Araraquara não obteve sucesso em debelar esses efeitos apesar dos esforços. Na figura 8, fica evidenciada a alteração de cenário, comparando a renda anterior à pandemia com a atual.

Os empreendimentos relataram que houve uma redução de renda per capita: para sete dos empreendimentos a renda média ficou entre R\$ 0 a R\$ 499, ao passo que anteriormente esse quadro era composto de forma mais distribuída, com 5 deles relatando a renda per capita de R\$500 a R\$1999.

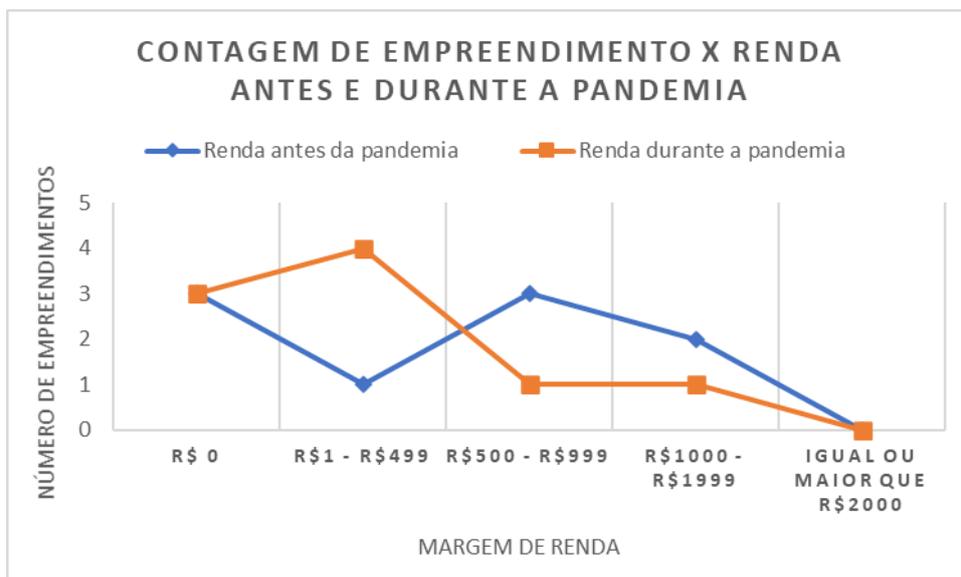


Figura 8: Contagem de empreendimento x renda antes e durante a pandemia

Fonte: Elaboração própria.

Essas mudanças decorrem de desafios e dificuldades que o vírus trouxe, como a necessidade de se inovar com o uso da internet para comunicação, a dificuldade de geração de renda, a falta de recursos para compra de materiais, a dificuldade de comercialização, etc. A tabela 1 traz a ordem de vezes que foram citadas as dificuldades encontradas pelos grupos.

Principais dificuldades encontradas durante a pandemia	Nº de vezes que foram citadas
Falta de recursos financeiros para compra de materiais	4
Geração de renda	3
Dificuldade para adequar o empreendimento as normas de higienização	3
Comercialização	3
Melhorar e aumentar as parcerias de apoio	3
Formalização	3
Geração de trabalho	1
Melhorar a Infraestrutura	1
Capacitação técnico – profissional	1
Apoio da Prefeitura	1
Regularização de terras	1
Transporte	1
Uso / Criação das mídias digitais	0

Tabela 1: Principais dificuldades encontradas durante a pandemia pelos EES

Fonte: Elaboração própria.

A dificuldade mais encontrada corresponde à falta de recursos financeiros para compra

de materiais. Em comparação ao mapeamento, esse quadro se alterou, pois antes a maior dificuldade era a geração de renda. É perceptível que a falta de recursos, tanto para renda quanto para compra de materiais, ainda é a maior dificuldade dos empreendimentos e se agrava durante a pandemia.

Outro ponto citado foi a dificuldade para adequar o empreendimento para normas de higienização decorrentes da COVID-19, o que pode afetar a comercialização, devido às medidas impostas pelo vírus, fator agravante para geração de renda nesse período.

Aqui, consegue-se entender o fator bola de neve da pandemia. Com as medidas impostas para frear sua propagação, os empreendimentos têm dificuldade em se adequar às normas, como uso de transporte para entrega, adequação higiênica de usos de EPI's. Obviamente essas são as problemáticas mais criticadas e citadas por eles, criando um ciclo que se retroalimenta.

Além disso, três empreendimentos da amostra estão com problemas de formalização, sendo que um deles ficou impossibilitado de responder ao questionário devido a essa questão. As dificuldades de formalização são um problema para a ESOL em geral. Isso normalmente acontece pela descentralização do poder. Com isso as decisões, controles contábeis, administração, tomada de decisão acontecem todas de forma horizontal, retardando e dificultando o processo de formalização. Em decorrência disto, seria necessária nova legislação apropriada ao estilo da economia solidária, já que:

(...) a necessidade de reformulação legal no campo do tratamento diferenciado aos empreendimentos solidários, expresso num sistema tributário diferenciado, reconhecedor de suas formas específicas de organização social e econômica, mesmo dentro da estrutura capitalista, visando assegurar aos empreendimentos a geração de renda suficiente e a inserção de novos espaços regulatórios de formalização, institucionalização e promoção de novas iniciativas que têm como centralidade a solidariedade, cooperação e autogestão, princípios balizadores do desenvolvimento local com inclusão social (VIEIRA, 2015).

Por mais que a pandemia tenha gerado agravantes, houve empreendimentos que conseguiram se alavancar, como a fabricação de máscaras por artesãs do empreendimento 5.

Já o empreendimento 3 relatou a oportunidade de uma nova capacitação em alimentos pelo Senar e sindicato rural. Outro relato foi do grupo 1, que citou: “Passamos a usar mais a internet, uma maneira que nos trouxe mais perto dos cobradores do empreendimento para que possamos levar os nossos produtos a eles”. Além disso o empreendimento 5 relatou uma “atenção voltada para as nossas redes sociais (que aumentou bastante o engajamento) e conseguimos parcerias com lojas da cidade para vender os nossos produtos”.

Para a confecção de máscaras, a FCL prestou apoio à Coordenadoria de Trabalho e

Economia Criativa e Solidária, que abriu as dependências do Espaço Kaparaó (Centro dedicado a capacitação social e profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social) para que um grupo de mulheres vinculado à Associação Mãos que Criam passasse a produzir máscaras de pano. A associação é composta por mulheres artesãs, com experiência na prática têxtil (SILVA et. al, 2020).

Por mais que a pandemia tenha trazido efeitos negativos, alguns empreendimentos obtiveram oportunidade para aprofundar o princípio de solidariedade, produzindo equipamentos de proteção individual e transmitindo à sociedade essa mensagem, ou levando alimentos orgânicos para a população. Porém a pandemia também os afetou diminuindo a renda, trazendo dificuldades como a falta de recursos financeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou entender os efeitos da pandemia do coronavírus no trabalho e geração de renda da ESOL no município de Araraquara. Para tanto expusemos o cenário atual de fragilidade das relações do trabalho, com foco nos empreendimentos da economia solidária locais, notadamente no que diz respeito às suas reações à limitações impostas pela pandemia.

Constatou-se que no município a prefeitura adotou uma série de medidas para que a ESOL seja uma alternativa para o campo do trabalho, diante da precarização e marginalização. As trabalhadoras e trabalhadores estão sendo capazes de encontrar, em um meio solidário, horizontal, democrático e cooperativo, uma saída para a crise sanitária instaurada pelo novo vírus. Entre as evidências coletadas, situou-se a criação de novas quatro cooperativas e de novos 30 postos de trabalho

Contudo, mesmo com algumas oportunidades como a realização de parcerias para fabricação de máscaras para prefeitura e para capacitação em produção de alimentos, as dificuldades e a renda se agravaram nesse período, sendo que a renda do grupo de amostragem se mostrou inferior durante a pandemia do que anteriormente a ela. As maiores dificuldades apontadas pelos empreendimentos foram respectivamente: a falta de recursos financeiros para compra de materiais, geração de renda, dificuldade para adequar o empreendimento as normas de higienização, comercialização, melhorar e aumentar as parcerias de apoio e a formalização.

Por fim, frente ao cenário de incerteza mundial causado pela disseminação do coronavírus, a economia solidária se colocou como uma alternativa importante para geração de renda aos EES nesse contexto pandêmico, garantindo sustento para um momento emergencial, mas também ao médio prazo. O que evidenciou a solidariedade que se mostrou fortalecida principalmente em meio aos trabalhadores que se encontram em situação marginalizada no

mercado de trabalho. Além disso, com o presente trabalho observamos a potência que iniciativas comunitárias e públicas podem ter em questão de crescimento e amadurecimento coletivo de perpetuação de princípios e valores concretos com o fortalecimento e valorização dos trabalhadores se mostrando um ponto fora da curva se comparado ao cenário competitivo e individual que vem sendo desenvolvido na lógica capitalista atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. da S. de et al. Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, pp. 1-14, 2020.

ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 2, pp. 188-197, 2009.

ARAÚJO, A. Araraquara terá Quilombo Rosa, projeto com espaço de lazer e cursos só para mulheres! **Comunica Araraquara**. Araraquara – SP, 07/06/2020. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.comunicaararaquara.com.br/araraquara-tera-quilombo-rosa-projeto-com-espaco-de-lazer-e-cursos-so-para-mulheres/s/amp/>. Acesso em: 05/01/2021.

AVENI, A. Estratégias pelo trabalho no futuro devidos a pandemia COVID-19. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, v. 2, n. 3, pp. 04-14, 2020.

BENINI, E. G.; FIGUEIREDO NETO, L. F. Desemprego e economia solidária: repensando a autogestão. In: **IV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia-SEGGeT, Anais...** Resende–RJ, 2007.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é-o que não é**. São Paulo: Editora Vozes, 2017.

BORBA, É. L.; ZWICK, E.; TORRES, K. A.; MARTINS, P. L.; CAMPOS, H. J.; SILVA, A. S. da; DAIA, R. T. C. Economia solidária e cidadania. In: **VII SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**, Anais..., 2010.

BORGES, C. S. M. B. Empreendedorismo solidário econômico em tempos de crise. **Boletim Economia Empírica**, v. 1, n. 2, 2020.

BRANDÃO, V. O papel do Estado como garantidor de emprego e renda durante a pandemia do novo Coronavírus. **Boletim FINDE** – Edição Especial, maio 2020, pp. 50-54, 2020.

ASSIN, M.; VALE, S. B. O Assentamento Bela Vista e algumas reflexões sobre a relação trabalho rural e educação. **Revista HISTEDBR On-Line**, 11(41), pp. 219-230, 2011.

COELHO, T. M. Conexões urbanas: um programa de TV que tenta acabar com o apartheid social. 2013. 71 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo)** - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COLOSSO, P. Na pandemia movimentos sociais mostram sua força e competência. **Boletim Lua Nova** – Cedec, 2020.

EID, F.; GALLO, A.; PIMENTEL, A. Desemprego, exclusão e desafios para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. **Revista ABET**, v. 1, n. 1, 2001.

FONSECA, S. A.; GUSHIKEN, O. H.; de LORENZO, H. C.; GRIGOLETTO, F. Cenário da política local e da dinâmica da Economia Solidária em Araraquara. In: **VI Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, Anais..., 2014.

FONSECA, S. A.; GUSHIKEN, O. H.; GRIGOLETTO, F.; LORENZO, H. C. Panorama da economia solidária em Araraquara. In: CASAGRANDE, E. E.; JARDIM, M. C. (eds.) **Araraquara dos anos 2000**, pp. 127-143, 2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: **Atlas**, 2002.

GRIGOLETTO, F.; FONSECA, S. A. Possibilidades e limites da incubação de empreendimentos solidários: o caso da INCONESP, de Araraquara. **Temas de Administração Pública**, v. 4, n. 7, 2012.

GUSHIKEN, O. H. Avaliação das Virtudes e Fragilidades de Programas Municipais de Economia Solidária: um estudo de casos múltiplos. **Dissertação de Mestrado** (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Uniara), 2015.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - PNAD Contínua. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=27704&t=series-historicas>. Acesso em 06/06/2020.

MOLINA, W. de S. L.; SANTOS, A. M. dos; CARVALHO, A. M. R. de; ALMEIDA, N. M. C. de; SCHIOCHET, V. A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID-19: trajetória, crise e resistência nos territórios. **Otra Economía**, v. 13, n. 24, pp. 170-189, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MORAIS, L., COSTA, A. B. **Novos paradigmas de produção e consumo**: experiências inovadoras. São Paulo: Instituto Pólis, 2011. 94 p.

MOTA, J. S. Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 12, pp. 371-380, 2019.

MUNIZ, J. M. Democracia representativa e o apartheid social brasileiro: crítica da igualdade política. **Tese (doutorado)** - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2018.

NASSIF, V. M. J.; CORRÊA, V. S.; ROSSETTO, D. E. Estão os empreendedores e as pequenas empresas preparadas para as adversidades contextuais? Uma reflexão à luz da pandemia do Covid-19. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 9, n. 2, 2020.

NETO, A. R. de S.; BORTOLUZZI, B. B.; FREITAS, D. R. J. Equipamentos de proteção individual para prevenção de infecção por Sars-Cov-2. **JMPHC Journal of Management & Primary Health Care**, v. 1, p. 1-7, 2020.

ORGANIZAÇÃO Panamericana de Saúde - OPAS BRASIL. **Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). Organização Pan-Americana da Saúde, 2020. Disponível em:
https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em 03 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO Panamericana de Saúde - OPAS BRASIL. OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. **Organização Pan-Americana da Saúde**, 2020. Disponível em:
https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812. Acesso em 20 de maio de 2020.

PAIVA, C. C.; SILVA, E. A Política pública de economia criativa e solidária do município de Araraquara/SP. **Repositório IPEA – Mercado de Trabalho**, pp. 1-16, 2020.

PASSOS, S. da S.; LUPATINI, M. A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 1, pp. 132- 142, 2020.

PASTANA, G.I.I. **Economia solidária: educação & autonomia**. Rio de Janeiro: Tecnoarte. 2011.

PEREIRA, C. M.; SILVA, S. P. A nova lei de cooperativas de trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. **Repositório IPEA – Mercado de Trabalho**, pp. 65-74, 2012.

PINHEIRO, M.B. **Economia de Comunhão: uma experiência peculiar de economia solidária**. São Paulo: Contexto, pp. 333-348, 2000.

PITACAS, J. A. **A Economia Social e Solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Centro de Estudos de Economia Pública e Social Portugal – UN Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy, pp. 1-13, 2019.

PREFEITURA Municipal de Araraquara. **Prefeitura apresenta projeto para reinserção de egressos da prisão no mercado de trabalho**. Araraquara – SP. 2020. Disponível em:

<http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2020/fevereiro/19/prefeitura-apresenta-projeto-para-reinsercao-de-egressos-da-prisao-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 12/01/2021.

RAMALHO, H. P. O punho do capitalismo: o Estado social e o cidadão na atual planificação social. **Configurações – Revista de Ciências Sociais**, n. 10, pp. 13-28, 2012.

REDE de Pesquisa Solidária. A vulnerabilidade dos trabalhadores brasileiros na pandemia da COVID-19. **Nota Técnica n. 2**. Políticas Públicas & Sociedade, 2020.

REDE de Pesquisa Solidária. Na crise, homens negros e mulheres negras são os mais vulneráveis. Mas surgem “novos vulneráveis”, homens brancos e mulheres brancas em serviços não essenciais. **Nota Técnica n. 3**. Políticas Públicas & Sociedade, 2020.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, v. 4, n. 5, p. 129-148, 2008.

SANCHES, C. C.; MORAIS, L. P. Economia solidária e o ecossistema empreendedor solidário: o caso de Araraquara (SP). 2020. **Repositório IPEA – Mercado de Trabalho**, pp. 1-16, 2020.

SCHUCHMANN, A. Z.; SCHNORRENBERGER, B. L.; CHIQUETTI, M. E.; GAIKI, R. S.; RAIMANN, B. W.; MAEYAMA, M. A. Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, pp. 3556-3576, 2020.

SILVA, D. P.; SANTOS, I. M. R.; MELO, V. dos S. Aspectos da infecção ocasionada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2). **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3763-3779, 2020.

SILVA, S. P. et al. Extensão universitária, economia solidária e geração de oportunidades no contexto da Covid-19: uma visão a partir de três experiências concretas no território brasileiro. **Repositório IPEA – Mercado de Trabalho**, pp. 1-12, 2020.

SILVA, F. L. G. As origens das organizações modernas: uma perspectiva histórica (burocracia fabril). **Revista de Administração de Empresas**, v. 26, n. 4, p. 41-44, 1986.

SINGER, P. I.; SILVA, R. M. A.; SCHIOCHET, V.. Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem Miséria. **O Brasil sem miséria**, pp. 1-21. Brasília: MDS, 2014.

SINGER, P. I.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego, São Paulo: Contexto. 2000.

VIEIRA, A. C. M. Desafios à formalização legal de empreendimentos solidários. In: I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, **Anais...** São Carlos: UFSCar. 2015.